

HABEAS CORPUS Nº 549.027 - AP (2019/0358639-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **JOSÉ CALANDRINI SIDÔNIO JÚNIOR**
ADVOGADO : **JOSÉ CALANDRINI SIDÔNIO JÚNIOR - AP001705**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**
PACIENTE : **ROSENILCE TENORIO NUNES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ROSENILCE TENÓRIO NUNES – presa cautelarmente no dia 5/6/2019 e denunciada pela suposta prática do crime previsto nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, III, todos da Lei n. 11.343/2006, art. 16 da Lei nº 10.826/2003 e art. 349-A, *caput*, do Código Penal – contra decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (HC n. 0002935-91.2019.8.03.0000).

Segundo consta dos autos, a paciente foi presa em flagrante, juntamente com outras pessoas, quando tentava levar para as dependências do estabelecimento prisional, por meio de material de construção para uso dos internos, cerca **203,1g da maconha, 31,8g de cocaína, 5 facas, 7 chips de celulares, 1 pistola calibre 40, com 23 munições, além de diversos celulares.**

Na ação originária, a defesa alegou excesso de prazo para a formação da culpa, como também ausência de fundamentos para o decreto preventivo. O Relator da ação na origem, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 29/35).

Na presente oportunidade, a defesa reafirma a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, informando que a paciente se encontra presa há mais de 150 dias, sem que tenha sido marcada audiência de instrução e julgamento.

Assim, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva da paciente, com a expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. **Decido.**

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, ao indeferir a liminar, o Relator da ação na origem, entendeu não haver constrangimento ilegal por excesso de prazo, consignando que a suposta demora na instrução, pode ser atribuída à própria defesa. Confira-se (e-STJ fls. 33/34 - *grifei*):

[...]

Ademais, não vislumbro o excesso de prazo anunciado pelo hipetrante. Isso porque, aliado que estou à moderna jurisprudência, entendo que a demora excessiva da instrução não se revela pela simples soma aritmética de prazos processuais, devendo ser aferida dentro dos limites da razoabilidade e considerando-se circunstâncias excepcionais que venham a retardar a marcha processual.

In casu, não descuro que, no caso da ação penal nº 0026622-94.2019.8.03.0001, a demora na instrução pode ser atribuída, em parte, à própria defesa da paciente (Súmula nº 64, STJ), em razão dos sucessivos petições hctuais, inclusive pedido de revogação da prisão veiculado naqueles autos, gerando, de certa forma, um tumulto que repercute no andamento do feito.

Com efeito, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo

Superior Tribunal de Justiça

não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica de plano no caso em exame.

Assim, não se verifica manifesta ilegalidade na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte. Entendo que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator